

As Relações entre Israel e a NATO: Parceria ou Adesão?

Marta Mucznik

Investigadora em Relações Internacionais com ênfase nas relações transatlânticas e Médio Oriente, licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Lusitana de Lisboa, mestre em Política Internacional pela Université Libre de Bruxelles, consultora na Universidade Hebraica de Jerusalém, colaboradora do Instituto Português de Relações Internacionais. Lecciona Conflitos no Médio Oriente na Pós-Graduação de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Resumo

Este artigo procura analisar o que caracteriza atualmente não só as relações entre a NATO e Israel, mas também o debate internacional que norteia esta questão. Como tem sido um tema colocado por alguns observadores e analistas internacionais, pretende-se também fazer um levantamento das vantagens e desvantagens de uma eventual adesão de Israel à NATO ou de uma parceria mais estreita, assim como, da sua viabilidade no contexto regional de acordo com os interesses da política externa israelita e da própria Aliança Atlântica. Analisaremos também o que tem sido dito sobre esta matéria por analistas e decisores políticos israelitas, americanos e europeus, qual a margem de aprofundamento das relações e quais as perspectivas para o futuro.

Abstract

Relations between Israel and NATO: Partnership or Accession?

This article assesses NATO-Israel relations and the relevant international debate over this issue. It discusses the viability and pros and cons of Israel's potential NATO membership and the prospects for, and implications of, a strengthened NATO-Israel partnership. The paper takes into account Israel's foreign policy goals and NATO's posture, and analyzes relevant Israeli, American, and European policy and opinion-makers perspectives. Finally, the paper evaluates the future prospects for deepening relations between the parties.

“Israel é a NATO. Nós somos o Ocidente. Nós somos iguais.”
Benjamin Netanyahu, outubro de 2007

Numa visita a Israel em fevereiro passado, o Secretário-Geral da NATO Anders Fogh Rasmussen discursou durante a conferência anual de Herzliya¹ apelando à expansão da relação de cooperação entre a NATO e Israel. Dizia Rasmussen (2011) que Israel, membro do Diálogo Mediterrânico desde 1994, é dos participantes “mais dinâmicos” deste programa, apesar do grande potencial ainda inexplorado, nomeadamente no aumento do número e tipo de atividades conjuntas e da periodicidade dos diálogos. Um dia antes, o Primeiro-Ministro Israelita Benjamin Netanyahu (2011), numa conferência de imprensa conjunta com o Secretário-Geral Rasmussen, exprimia também a vontade de intensificar as relações entre a NATO e Israel reafirmando que ambos têm “muitos valores e interesses em comum numa altura de grande incerteza e mudança”. Já em outubro de 2007 como líder do partido Likud, ainda na oposição, o atual Primeiro-Ministro israelita manifestava o mesmo interesse. Dizia Netanyahu (2007) que “Israel é a NATO. Nós somos o Ocidente. Nós somos iguais”.

Nos últimos anos têm-se ouvido várias vozes defensoras de uma intensificação de relações entre Israel e as estruturas euro-atlânticas. Israel, único país democrático da região, pelo menos até ao momento, partilha os mesmos valores, as mesmas ameaças e os mesmos interesses que a maior parte do mundo ocidental, o que torna esta predisposição particularmente pertinente. Mas se ecoam apelos a uma proximidade, permanecem também dúvidas sobre o que tal significa na prática. Será apenas o desenvolvimento de uma parceria formal? Ou pode Israel algum dia fazer parte integrante da Aliança Atlântica? Em que medida podem as relações ser desenvolvidas e em que áreas podem ser intensificadas? O que está em jogo e quais as consequências para ambas as partes? Qual o papel dos vários intervenientes, para além dos líderes israelitas, como outros Estados membros da NATO?

Este artigo procura analisar o que caracteriza atualmente não só as relações entre a NATO e Israel, mas também o debate internacional que norteia esta questão. Como tem sido um tema colocado por alguns observadores e analistas internacionais, pretende-se também fazer um levantamento das vantagens e desvantagens de uma eventual adesão de Israel à NATO ou de uma parceria mais estreita, as-

¹ A conferência de Herzliya é organizada anualmente pelo Instituto de Política e Estratégia do Centro Interdisciplinar de Herzliya, e reúne um vasto número de oradores, estrategas, decisores políticos e militares e observadores para discutirem assuntos de natureza regional e global.

sim como, da sua viabilidade no contexto regional de acordo com os interesses da política externa israelita e da própria Aliança Atlântica. Analisaremos também o que tem sido dito nesta matéria por analistas e decisores políticos israelitas, americanos e europeus, qual a margem de aprofundamento das relações e quais as perspectivas para o futuro.

O Diálogo Mediterrânico

As relações entre Israel e a NATO enquadram-se essencialmente no âmbito do Diálogo Mediterrânico, uma iniciativa lançada em 1994 entre a Aliança Atlântica e países do Mediterrâneo como Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, com o objetivo de promover a segurança e a estabilidade na região e uma melhor compreensão das preocupações de segurança entre os vários parceiros. O Diálogo Mediterrânico visava também encorajar os participantes a estimular a cooperação nos setores da segurança e defesa para além de pretender desmistificar suspeições e preconceitos que pudessem prevalecer nestes países sobre o papel da NATO no Médio Oriente e no Norte de África.

Nos anos que seguiram a sua criação, o Diálogo Mediterrânico assumiu sobretudo a forma de consultas políticas e tornou-se numa plataforma que juntava os parceiros mediterrânicos permitindo a troca de informações, sem no entanto obter resultados concretos e substanciais nas áreas que pretendia aprofundar. Dito de outra forma, o Diálogo Mediterrânico passou a ser visto como uma atividade de importância secundária da NATO, sobretudo quando comparada com outros programas de parcerias, como por exemplo a Parceria para a Paz (PfP). Como veremos posteriormente, contrariamente ao programa PfP com os países da Europa Central e de Leste, o Diálogo Mediterrânico nunca esteve associado a eventuais adesões à NATO.

Com a nova arquitetura de segurança vinculada pelo 11 de setembro, e a percepção das ameaças e perigos à estabilidade e segurança internacionais substancialmente alteradas, a Aliança Atlântica passou a concentrar mais atenção na região do Médio Oriente e do Norte de África, alargando a sua ação na região.² É neste contexto que, durante a Cimeira de Istambul de 2004, o Diálogo Mediterrânico ganha um novo fôlego e é elevado a uma “verdadeira parceria”. Foi também

2 Assumiu o controlo das Forças Internacionais de Assistência e de Segurança (ISAF, *International Security and Assistance Force*) no Afeganistão, enviou uma missão de treino e apoio às forças iraquianas, e uma missão de intervenção humanitária ao Paquistão após o terramoto devastador que ocorreu no país, e conduziu a operação *Active Endeavour* no Mediterrâneo, uma operação de vigilância marítima, conceptualizada no quadro da campanha internacional contra o terrorismo.

nesta cimeira que se lançou a Iniciativa de Cooperação de Istambul (ICP) que formalizava os laços políticos e militares com os membros do Conselho de Cooperação do Golfo.

Um elemento importante desta decisão de intensificar o diálogo foi a especial ênfase colocada no princípio de *co-ownership* entre as partes envolvidas em função dos interesses mútuos. O objetivo era o desenvolvimento do lado prático de cooperação militar com a NATO nas seguintes áreas: cooperação contra o terrorismo;³ cooperação no combate à proliferação nuclear e às armas de destruição maciça; cooperação nas operações de apoio à paz e ajuda humanitária em desastres naturais; defesa do setor da reforma e gestão da segurança. Pretendia-se dar resposta a algumas das críticas feitas ao Diálogo Mediterrânico procurando dar mais substância e conteúdo no pressuposto de que a cooperação prática em áreas onde a NATO e os países do Mediterrâneo têm os mesmos interesses e a mesma perceção das ameaças, pode contribuir para melhorar a sua segurança e diminuir as tensões e a desconfiança entre as partes. Um aspeto inovador particularmente importante da intensificação do Diálogo Mediterrânico, para o caso de Israel, é o aspeto de “autodiferenciação” (*self-differentiation*) que permite que os países participantes do diálogo possam intensificar a cooperação nos vários domínios com a NATO numa base bilateral, podendo inclusivamente escolher as atividades que melhor correspondam aos seus interesses específicos.

Como veremos nos capítulos que se seguem, uma das grandes críticas feitas por Israel é que os processos multilaterais como o Diálogo Mediterrânico tornam o país refém dos progressos mais lentos de outros países que não se encontram ao mesmo nível tecnológico, militar e operacional. Deste modo, na perspetiva israelita, o país não pode progredir nas relações com a NATO como desejaria e como a sua política de segurança e defesa o exige e permite.

Défices do Diálogo Mediterrânico: Comparação com o Programa Parceria para a Paz (PfP)

Com o redirecionamento dos interesses da Aliança Atlântica para o Médio Oriente, observadores e analistas da NATO começaram por desenhar paralelos entre o Diálogo Mediterrânico e o programa PfP destinado a normalizar as relações com os ex-membros do pacto de Varsóvia, após a queda do muro de Berlim e de integração da União Soviética. Concentrando-se na ajuda à transição democrática

³ Por exemplo, troca de informações, cooperação na segurança fronteiriça e cooperação marítima no contexto da Operação *Active Endeavour* no Mediterrâneo.

na Europa Central e de Leste, o programa PfP, tem o mérito de ter contribuído em larga escala para a estabilização dos seus participantes.

Neste contexto, especulou-se sobre a possibilidade do modelo da PfP servir de inspiração para a evolução de outras parcerias, uma vez que à semelhança do Diálogo Mediterrânico, começou numa pequena escala mas foi-se expandindo à medida que as relações foram progredindo. No âmbito do modelo PfP, são concluídos planos de ação com cada país terceiro, e conduzidos processos de avaliação de progresso que analisam o controlo democrático das forças armadas. A singularidade do programa PfP é que este, para além de contribuir para a estabilização dos seus participantes e aumento de confiança entre a NATO e os seus parceiros, também trilha o caminho para uma eventual adesão, ao promover profundas reformas das forças militares dos países aspirantes, com vista a cumprirem os requisitos e critérios da NATO.

O processo de cooperação prática preconizada pelo Diálogo Mediterrânico teria deste modo o mesmo objetivo com a diferença de que não ofereceria a perspetiva de adesão. No entanto, e como já apontado por vários observadores, por exemplo Malmvig (2005:12) e Gordon (2006), torna-se muito difícil obter resultados semelhantes na região mediterrânica precisamente pela falta do incentivo de adesão. Desde logo, e como já foi apontado, existem substanciais diferenças entre as motivações dos países da Europa Central e de Leste e as dos países mediterrânicos, uma vez que com o fim da guerra fria e a desintegração da União Soviética, os ex-membros do Pacto de Varsóvia tinham um grande interesse em se associarem às estruturas de segurança euro-atlânticas. A possibilidade de integração na NATO servia como um importante estímulo de reforma dos setores da defesa e das relações civis-militares. O mesmo não acontece com os países do Mediterrâneo.

Por outro lado, o aprofundamento das relações da NATO com os países do Mediterrâneo implica uma convergência de visões geoestratégicas e uma perceção aproximada do tipo de ameaças e desafios, assim como a partilha e o respeito por valores comuns. Ora, neste momento, permanecem dúvidas sobre o grau de partilha das mesmas preocupações de segurança e perceções das ameaças e até de uma agenda comum entre membros da NATO e dos parceiros mediterrânicos. Para a NATO a preocupação fundamental centra-se na luta contra o terrorismo, crime organizado, imigração ilegal e proliferação de armas nucleares. Para os países do Mediterrâneo as ameaças estão mais relacionadas com rivalidades regionais, disputas fronteiriças, o conflito Israelo-Árabe e a nuclearização da região.

Por último, tendo em conta a crise de legitimidade interna que caracterizava muitos dos países árabes, seria pouco provável que estes estivessem genuinamente dispostos a fazer uma séria reforma das suas forças de segurança e a progredir em questões relativas ao controlo democrático das forças armadas, uma vez que alguns destes regimes tinham a sua sobrevivência assegurada pelos *establishments*

militares. A promiscuidade do poder militar e da vida política e civil, dificultava bastante a gestão de questões como a transparência, o planeamento de defesa, o controlo democrático – condições necessárias para um desenvolvimento das relações entre a NATO e estes países (Malmvig, 2005).

Até ao despoletar da “primavera Árabe” e dos movimentos de contestação democrática que alastraram pela região e levaram à queda de regimes na Tunísia, no Egito e na Líbia, as reformas genuinamente democráticas eram vistas como uma séria ameaça à estabilidade interna dos países e dos regimes no poder. A onda de revoltas que têm assolado o mundo árabe e a possível transição de regimes nalguns países, abre no entanto uma oportunidade para que a NATO possa aprofundar a relação com estes países, uma vez que há agora a possibilidade de se levar a cabo uma verdadeira transição democrática, com separação de poderes e reforma do setor de defesa e militar. Por agora ainda é cedo para saber que tipo de regimes emergirão destas revoltas e qual o papel que as forças armadas ocuparão na vida política e cívica destas sociedades. Naturalmente, estas considerações não incluem Israel. Este país, único membro do Diálogo Mediterrânico com um regime democrático consolidado, insere-se numa categoria algo diferente apesar de se integrar no mesmo agrupamento geográfico.

As Relações entre Israel e a NATO: Progressos e Obstáculos

Antes de nos debruçarmos sobre as considerações políticas que marcam o debate das relações Israel-NATO, interessa lembrar como têm estas relações vindo a evoluir do ponto de vista de cooperação técnico-militar.

Como já foi referido anteriormente, as relações entre Israel e a NATO foram evoluindo essencialmente no quadro do programa Diálogo Mediterrânico. A importância acrescida de Israel para a Aliança Atlântica releva também da centralidade da região do Médio Oriente e do Norte de África para a sua agenda, como epicentro das ameaças que confrontam o espaço euro-atlântico. Um dos aspetos mais importantes resultantes da Cimeira de Istambul traduziu-se na nova possibilidade de desenvolver relações bilaterais no quadro do processo multilateral do Diálogo Mediterrânico.

Em outubro de 2006, Israel e a NATO assinaram o Programa Individual de Cooperação (*Individual Cooperation Programme* – ICP). Israel foi o primeiro país não-europeu e o primeiro dos participantes do Diálogo Mediterrânico a concluir um acordo destes. Como foi referido na declaração conjunta publicada por Uzi Arad, Presidente do Fórum Atlântico de Israel (AFI), Matthew Mark Horn, Diretor Político do *American Jewish Congress* e Tommy Steiner, Diretor Executivo do AFI, numa sessão organizada pelo Comité dos Negócios Estrangeiros do Congresso Norte-

Americano (Arad, Horn e Steiner, 2008: 9) este é um passo muito importante uma vez que a cooperação de Israel no quadro do Diálogo Mediterrânico estava muito limitada pelos processos multilaterais, e restringida pela agenda conjunta dos outros parceiros e pela política do denominador comum mais baixo (Arad, Horn e Steiner, 2008). Depois de Israel ter concluído o ICP com a NATO também o Egito e a Jordânia o fizeram, em outubro de 2007 e em abril de 2009 respetivamente.

O ICP entre a NATO e Israel alarga e expande as áreas de cooperação entre ambas as partes para 27 áreas incluindo: resposta ao terrorismo, partilha de informação, cooperação no setor do armamento, defesa nuclear, exercícios militares, planos de emergência civil e preparação de desastres. Este acordo vem institucionalizar a possibilidade de aprofundar a cooperação bilateral que já vinha sendo desenvolvida desde 2004 e que incluía o seguinte (Arad, Eran e Steiner, 2007: 8):

- Participação de Israel nas manobras navais da NATO no Mar Negro e em exercícios de infantaria na Ucrânia;
- Participação de Israel na *Operation Active Endeavour*, a operação marítima antiterrorista no Mediterrânico e a colocação de um oficial de ligação israelita na sede da operação em Nápoles;
- Intenção anunciada de colocar o seu *Home Front Command Search and Rescue Unit* à disposição da NATO para emergências de natureza civil;
- Associação de Israel ao sistema de catalogação da NATO, um acordo assinado em 2006 que oferece adesão a Israel ao sistema durante três anos. Este sistema foi desenhado para estabelecer um inventário uniforme de todo o equipamento e materiais dos aliados da NATO para facilitar a interação entre os parceiros.
- Envio de uma corveta da marinha israelita para a Operação *Active Endeavor*, de monitorização no mar Mediterrânico. Esta foi a primeira vez que Israel submeteu elementos operacionais do seu aparelho militar a um comando multilateral estrangeiro.

Apesar do objetivo de redução das restrições impostas pelos processos multilaterais ter sido alcançado com o acordo ICP, prevaleceu a preocupação por parte da NATO de manter um equilíbrio entre os participantes do Diálogo Mediterrânico⁴. Por outras palavras, Israel não podia proceder depressa demais comparativamente aos restantes parceiros do Diálogo, o que constituiu um motivo de impaciência para os que defendem uma cooperação mais integrada. Como

4 O Embaixador Alessandro Minuto Rizzo, Secretário-Geral Adjunto da NATO afirmou "*we clearly need to retain a certain balance within the Mediterranean Dialogue*" extraído de *NATO's Transformation, the Mediterranean Dialogue and NATO-Israel Relations*, conferência coorganizada pela NATO Public Diplomacy Division, Atlantic Forum of Israel, Institute for Policy and Strategy, Herzliya, 23 e 24 de outubro 2006.

foi dito na sessão do Comité dos Negócios Estrangeiros do Congresso Norte-Americano, por intervenientes israelitas (Arad, Eran e Steiner, 2007) o acordo não está suficientemente detalhado no que diz respeito à implementação dos vários programas e atividades enumerados. A concretização de cada programa exige um longo processo de negociação e coordenação causando alguma frustração por parte da liderança Israelita.

O Debate Israel-NATO

Independentemente da evolução da cooperação técnico-militar entre a NATO e Israel, interessa também perceber qual tem sido o debate internacional em torno desta dinâmica. Aqui, coloca-se também, a questão de perceber quais os limites de um aprofundamento de relações tendo em conta os interesses da política externa Israelita e da NATO.

A questão das relações NATO-Israel ganhou um enfoque especial nos anos de 2005, 2006 e 2007, à medida que a região do Médio Oriente adquiria mais centralidade na agenda euro-atlântica. Durante este período, surgiram vozes defensoras de um aprofundamento das relações entre a NATO e Israel e da ideia de que a segurança de Israel deveria estar cada vez mais alicerçada às estruturas euro-atlânticas, por exemplo Asmus e Jackson (2005), Arad, Eran e Steiner (2007), Aznar (2007) e Bardají (2008). Esta posição era não só defendida por analistas israelitas mas também americanos e europeus.

Ron Asmus, ex-diretor do German Marshal Fund dos Estados Unidos, foi um incansável defensor desta relação, juntamente com Bruce Jackson, Presidente do Projeto de Democracias em Transição, publicaram o artigo *Does Israel Belong in the EU and NATO?* (Asmus e Jackson, 2005). O artigo defende essencialmente que o futuro de Israel e da comunidade transatlântica estão cada vez mais interligados, uma vez que esta última “se aproxima cada vez mais das fronteiras” israelitas. De acordo com os autores, é do interesse de Israel desenvolver relações mais próximas com a comunidade transatlântica uma vez que seria o primeiro a sentir as consequências de uma estratégia ocidental para o Médio Oriente. O artigo sublinha também que tendo em conta o grande processo de transformação que a NATO têm atravessado e a atenção colocada no Médio Oriente, seria de benefício mútuo um aprofundamento das relações entre Israel e a NATO.

Paralelamente, do lado israelita também se fizeram sentir algumas vozes defensoras do aprofundamento desta relação, nomeadamente os já referidos Professores Uzi Arad e Tommy Steiner, assim como o Embaixador Oded Eran, Diretor do Instituto de Estudos de Segurança Nacional e ex-embaixador de Israel na União Europeia e representante para a NATO (Arad, Eran e Steiner, 2007). Estes foram

os principais impulsionadores do debate sobre as relações entre a NATO e Israel escrevendo e intervindo muito frequentemente sobre o tema, sobretudo durante as conferências anuais de Herzliya que proporcionam sempre uma oportunidade para fazer um ponto da situação atualizado sobre o assunto. Como veremos mais à frente nesta análise, os seus argumentos centram-se sempre em torno da questão que as relações entre Israel e a NATO, não podem ficar refém dos processos multilaterais que limitam e atrasam a possibilidade de cooperação a níveis mais avançados. Os autores defendem uma abordagem mais individualizada e adaptada a cada caso específico para que os países que têm mais capacidade de avançar em certas áreas, não fiquem retidos pelos participantes mais atrasados. Tanto as abordagens de Ron Asmus como as dos três observadores israelitas não têm como principal objetivo a adesão de Israel à NATO, mas também não excluem que tal possa acontecer a longo prazo quando estiverem reunidas as condições necessárias.

Quanto a analistas europeus, é de realçar sobretudo as intervenções de José María Aznar e Rafael Bardají,⁵ que desde já há algum tempo têm vindo também a pronunciar-se sobre este tema (Aznar, 2007; Bardají, 2008). Na sua perspetiva, Israel é parte integrante do mundo ocidental. Como refere Aznar (2007) “para mim Israel é parte integrante do ocidente. Israel está localizado no Médio-Oriente, mas não é um país Médio-Oriental. Israel é uma nação ocidental.”

As posições de Bardají e Aznar relativamente às relações NATO-Israel baseiam-se no pressuposto de que a NATO deveria levar a cabo um processo de transformação profunda tendo em conta a natureza das novas ameaças. Na sua perspetiva, a grande ameaça com que se defronta hoje o mundo ocidental é o fundamentalismo islâmico, o jihadismo é o novo comunismo (Bardají, 2008: 19) e por isso a NATO deveria tornar-se numa organização global de defesa de democracias ocidentais. As ideias de Aznar e Bardají estão bem expostas no estudo que intitularam “NATO: uma Aliança para a Liberdade”. De acordo com esta visão, como as novas ameaças ultrapassam o espaço euro-atlântico, a NATO deveria abrir-se a nações com a mesma visão do mundo e que estejam dispostas a lutar contra o terror. Para além de Israel, ambos sugerem que países como a Austrália e o Japão sejam candidatos à adesão. Aznar e Bardají vão ainda mais longe do que analistas como Uzi Arad, Tommy Steiner, Oded Eran e Ron Asmus uma vez que defendem, clara e inequivocamente, uma adesão de Israel à Aliança Atlântica e a uma exploração máxima do potencial desta relação. Na sua perspetiva, Israel situa-se na linha da frente deste combate global entre a liberdade e o fanatismo. A afirmação de Aznar “se Israel cair, todos nós caímos” é emblemática dessa postura.

⁵ Rafael Bardají é Diretor de Política Internacional da Fundação FAES (*Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales*) e Conselheiro de Segurança Nacional do ex-Primeiro-ministro José Maria Aznar.

Quanto à liderança israelita, apesar de importantes decisores políticos como a ex-ministra do Negócios Estrangeiros Tzipi Livni e o Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, terem defendido relações mais próximas, não é claro até que ponto é que gostariam de as ver progredir. Se nos seus discursos se leem várias referências aos valores e às ameaças que a NATO e Israel partilham, são cautelosos em não se comprometerem demasiado na dimensão que essa relação possa assumir (Livni, 2007; Netanyahu, 2011). Tzipi Livni apelou em 2007 à intensificação das relações, ao alargamento do âmbito da cooperação e à promoção de atividades conjuntas. Já Netanyahu (2011) afirmou na mesma ocasião que Israel é um parceiro natural da NATO na luta contra o radicalismo islâmico, enfatizando no entanto a necessidade de Israel “preservar o direito de se defender”. Por sua vez, numa entrevista à rádio em 2007 que viria a ser citada por vários órgãos de comunicação, Avigdor Lieberman, então ministro de ameaças estratégicas, sugeriu que uma adesão de Israel poderia servir de importante elemento dissuasor contra o Irão (Lieberman, 2007).

Elementos da Política Externa Israelita

Para se perceber a postura israelita face a uma potencial aproximação à NATO, temos de ter em conta os seguintes elementos determinantes da sua política externa:

- A abordagem de Israel face à diplomacia multilateral
- A ambivalência regional, o “trauma” de não fazer parte de nenhum bloco regional
- A sua identidade como país democrático e “ocidental”
- A sua “autossuficiência” no âmbito de segurança e defesa
- A ameaça da nuclearização do Irão

A Diplomacia Multilateral de Israel

A experiência histórica de Israel de colaboração com instituições multilaterais tem levado o país a adotar na sua política externa uma postura de algum modo cética e relutante relativamente a integrar estruturas multilaterais. Na sua perspetiva, as instituições multilaterais rapidamente se tornam muito politizadas e impedem qualquer progresso noutros domínios. Essa postura de Israel está bem exposta no *working paper* “*Anchoring Israel to the Euro-Atlantic Community: Further upgrading and institutionalizing NATO-Israel relations*” submetido à conferência de Herzliya (Arad, Eran e Steiner, 2007: 3). Segundo os seus autores, Israel conduz tradicionalmente a sua política externa numa base essencialmente bilateral e tem

muito pouca experiência política e diplomática com o multilateralismo. A sua preferência pelas relações bilaterais resulta da ideia profundamente enraizada no coletivo psicológico israelita de que não se pode comprometer demasiado com processos multilaterais pelo perigo de que estes possam limitar a sua margem de manobra e liberdade de ação. Do seu ponto de vista, questões tão centrais como a sua segurança nacional – permanentemente ameaçada – não pode depender de instituições internacionais para as quais a sua segurança e interesses não estão necessariamente no topo da agenda.

Segmentos do *establishment* israelita acreditam inclusivamente que é mais benéfico para Israel manter a sua relação privilegiada com os Estados Unidos do que esforçar-se por alargar o seu leque de alianças. Analistas como Ron Asmus, Oded Eran e Tommy Steiner defendem, no entanto, que a relação especial que Israel mantêm com os Estados Unidos não é de forma alguma incompatível com o desenvolvimento de outras alianças e que uma potencial parceria com a NATO não porá em causa relações bilaterais centrais e estratégicas (Asmus, 2005; Steiner e Eran, 2007). Como Ron Asmus e Bruce Jackson (2005) referem no seu artigo: “É difícil perceber porque deve Israel basear a sua segurança exclusivamente na América. Muito poucos Estados ao longo da história participaram apenas numa única aliança (...). Parece no mínimo prudente que Israel procure um complemento multilateral a uma forte relação bilateral”. Uzi Arad, Oded Eran e Tommy Steiner concordam afirmando que relações sólidas entre Israel e a Europa contribuiriam para que Israel se tornasse num elemento estrategicamente ainda mais importante para os EUA. Bardaji (2008: 22) no seu discurso perante a Comissão dos Negócios Estrangeiros do Congresso Norte-Americano também afirma que esse argumento é uma “ilusão” e que “nada na NATO impede os seus membros de agir quando quiserem, onde quiserem, e da forma que considerem necessário”.

A Ambivalência Regional

A sua relutância face ao multilateralismo releva da sua experiência como membro das Nações Unidas e de outros agrupamentos regionais no quadro de instrumentos de cooperação da União Europeia. Desde logo, a adoção de um número desproporcionado de resoluções contra Israel durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Em segundo lugar, a atividade do Conselho de Direitos Humanos, cuja composição inclui países-membros que desrespeitam sistematicamente os direitos humanos, também ela desproporcionadamente focada em Israel. Por último, o seu estatuto oficial nas Nações Unidas, uma vez que Israel é o único membro que não faz parte do sistema de grupos regionais daquela instituição o que limita bastante a sua capacidade de ação, impossibilitando-a, por exemplo, de se candidatar a posições rotativas. Só em 2002 é que Israel foi aceite no grupo *Western European*

and Others Group (WEOG) mas só apenas no sistema de grupos de Nova Iorque, e não da organização em geral.

A sua participação em programas da União Europeia como o Processo de Barcelona, ou na União Mediterrânica, também servem de bom exemplo uma vez que a vantagem numérica dos países árabes acaba por influenciar em larga escala a agenda de trabalhos e a condução das discussões. Estes processos multilaterais e regionais vivem em certa medida paralisados e reféns do conflito Israelo-Palestiano que se torna no pretexto principal para não se progredir nas áreas técnicas. Esta realidade contribui para a sensação de alienação e isolamento por parte de Israel. Por outro lado, os países árabes não têm o mesmo tipo de preocupações de segurança. Como já foi dito, é também com base neste pressuposto – a ambivalência de Israel face à “região” da qual faz parte – que o aprofundar das relações com as estruturas euro-atlânticas ganha mais relevo.

Israel como País Democrático Ocidental

A identidade de Israel como país democrático e ocidental – do ponto de vista civilizacional – é naturalmente um elemento muito presente na retórica israelita. Como acima referimos, segundo as palavras de Netanyahu “Israel é a NATO, nós somos o ocidente”. Do ponto de vista israelita, a necessidade de aprofundar as relações com a comunidade transatlântica advém da sua perspectiva de se associar ao seu habitat natural, os países que partilham a mesma visão do mundo. Deste modo, alusões às ameaças comuns são recorrentes. De alguma forma, Israel encara-se como estando na linha da frente de um combate que ultrapassa em larga escala as suas fronteiras e que põem em causa todo o estilo de vida ocidental: o radicalismo islâmico, o fundamentalismo religioso, o terrorismo, as armas de destruição maciça, e a proliferação nuclear. Com um comprometimento cada vez maior da comunidade transatlântica na região para confrontar estas ameaças, e com políticas e ações que têm consequências em Israel, torna-se também mais urgente que Israel faça parte deste processo.

Em síntese, esta convergência cada vez mais acentuada de visões políticas e geoestratégicas entre a comunidade transatlântica e Israel tem sido também um fator determinante na reavaliação por parte de Israel das suas relações com a NATO. Como afirmou Tzipy Livni numa intervenção numa conferência em outubro de 2006 “a Aliança entre a NATO e Israel é no mínimo natural, dado que Israel é a única democracia no Médio Oriente (...) os esforços de Israel de aprofundamento de relações com a NATO fazem parte de uma decisão de política externa de reforçar a diplomacia multilateral de Israel (...). Em muitos aspetos, Israel está na linha da frente na defesa de um modo de vida comum” (Livni, 2006).

A “Autossuficiência” da Política de Segurança e Defesa Israelita

A “autossuficiência” da política de segurança e defesa israelita tem também ressurgido no âmbito de debate das relações Israel-NATO. A sua política externa é tradicionalmente marcada por uma posição de autossuficiência e de não fazer depender a sua segurança de ninguém, muitos menos de organismos multilaterais empedernidos por processos longos, burocráticos e politizados. Na perspectiva de alguns segmentos da opinião Israelita, integrar a NATO poria em risco a sua liberdade e margem de ação uma vez que Israel teria de se submeter aos constrangimentos e a restrições como condição de adesão. Como aliás afirmou Netanyahu no seu discurso já citado aqui “(...) Israel quer reservar o seu direito à autodefesa. Seria sensato tomar uma posição intermédia: apontar para que Israel se torne num parceiro estratégico até 2010, mas não necessariamente um membro.”

O Fator Irão e a Proliferação Nuclear

A iminência de um Irão nuclear é um tema recorrente no quadro do debate sobre as relações entre a NATO e Israel pois pode levar ambos a reconsiderarem as suas opções e políticas de dissuasão nuclear. Uma retórica progressivamente hostil e ameaçadora por parte de Teerão pode também conduzir a uma política de defesa antimísseis mais robusta por parte da comunidade internacional.

Por parte da NATO, os seus programas de proteção do espaço euro-atlântico têm sido em grande medida justificados também pela ameaça de um Irão nuclear. Apesar de se comprometer com o objetivo de criar condições para um mundo livre de armas nucleares, a NATO reafirma a sua condição como uma aliança nuclear: “enquanto existirem armas nucleares, a NATO permanece uma aliança nuclear” (NATO, 2010). Sem no entanto especificar diretamente o “Irão” no seu novo Conceito Estratégico adotado em novembro de 2011 durante a Cimeira de Lisboa, a NATO tem procurado dar resposta ao perigo através da extensão do programa de um sistema de defesa antimíssil às suas populações e territórios.

A iminência de um Irão nuclear é inclusivamente um argumento frequentemente utilizado para defender um fortalecimento da relação entre Israel e a NATO. No seu artigo *Contain Iran: Admit Israel to NATO* (Asmus e Jackson, 2007), Ron Asmus defende um fortalecimento das relações como uma das formas de conter a ameaça nuclear Iraniana. Afirma ainda que o cenário de um eventual programa nuclear iraniano deve determinar o ritmo e a velocidade das relações entre a NATO e Israel. Já Bruce Reidel (2010) num artigo à revista *National Interest* argumenta que Israel enfrenta a maior ameaça ao seu monopólio nuclear na região. Na sua perspectiva, existem várias indicações de que Israel tem vindo a desenvolver planos de uma operação militar contra as instalações nucleares iranianas, caso se torne inevitável.

Reidel afirma que um ataque israelita contra o Irão significaria um desastre sem proporções e enumera todas as consequências negativas para os interesses estratégicos americanos na região. Defende, igualmente, que é do interesse nacional americano dissuadir os israelitas de atacar o Irão e que a única forma de o fazer é convencê-los a desistirem do seu monopólio nuclear na região oferecendo a Israel garantias de proteção e segurança nuclear. Ainda na sua perspectiva, essa garantia pode ser oferecida pelos Estados Unidos e também pela possibilidade de adesão à NATO, apesar de concluir no mesmo artigo que esta seria muito pouco provável. Como membro da NATO, Israel automaticamente beneficiaria do mesmo “chapéu” protetor nuclear que os restantes 28 membros desta aliança, ficando assim abrangido pelo artigo 5 do Tratado de Washington, a cláusula de defesa coletiva que obriga os aliados a socorrer um membro que seja vítima de agressão armada. Também Ronald Lauder, Presidente do Congresso Judaico Mundial, num artigo no diário *Die Welt*,⁶ apelou a favor da adesão de Israel à NATO para garantir a sua segurança num momento em que o Médio Oriente vive uma incerteza e imprevisibilidade com a onda de revoltas que assola a região. No seu artigo, alega que a adesão à NATO enviaria um forte sinal a outros países na região para não interferirem com Israel.

Adesão: uma Possibilidade Realista? Obstáculos Políticos e Técnicos

O novo conceito estratégico adotado durante a Cimeira de Lisboa, reitera a política já explicitada no artigo 10 do Tratado de Washington, relativamente ao seu alargamento e à política de “porta aberta” (NATO, 2010). A perspectiva de alargamento da NATO continua a ser encorajada e permanece aberta a todas democracias europeias que partilhem os valores da Aliança. Mas independentemente da adesão à NATO estar limitada, por um lado, a países exclusivamente europeus e, por outro, da própria vontade política israelita, existem outros obstáculos de natureza política que impedem no momento atual essa perspectiva. Desde logo, a questão palestina, cuja resolução é considerada condição fundamental, até porque a NATO exige fronteiras claras e internacionalmente reconhecidas, que Israel ainda não dispõe. Naturalmente seriam levantadas muitas objeções entre os Estados membros da NATO, uma vez que, tendo em conta as presentes circunstâncias do conflito, dificilmente se chegará à sua resolução nos tempos mais próximos. Aceitar Israel como membro significaria, na perspectiva de alguns aliados, importar o conflito Israelo-Palestiniano para as fronteiras da NATO.

6 “Invite Israel to join NATO, Ronald Lauder tells Germans”, *JTA Jewish News Archive*, 8 de fevereiro de 2011. Consultado e disponível em: <http://www.jta.org/news/article/2011/02/08/2742899/invite-israel-to-join-nato-lauder-tells-germans>.

A resolução do conflito Israelo-Palestiniano é não só uma condição de adesão, mas também de um eventual envolvimento da NATO no processo de Paz do Médio Oriente, questão que é recorrentemente discutida no seio da NATO. No seu discurso durante a Herzliya Conference, o Secretário-Geral da NATO Anders Rasmussen, expôs as três condições para um eventual envolvimento da NATO: um acordo de paz justo e duradouro entre Israel e a Palestina; o pedido das partes envolvidas de apoio na implementação do acordo; e a aprovação das Nações Unidas (Rasmussen, 2011).

Outro dos obstáculos fundamentais prende-se com a recusa de Israel em assinar o Tratado de Não Proliferação (NPT) como Estado não nuclear, condição que poderia vir a ser imposta como condição de admissão. Naturalmente, esta hipótese está longe de vir a ser seriamente considerada pelo *establishment* militar israelita, tendo em conta a volatilidade e a imprevisibilidade da região, a perspetiva de um Irão nuclear, o contínuo conflito não só com os Palestinos mas sobretudo com grupos militantes como o *Hamas* e o *Hezbollah*. Israel nunca confirmou nem negou a posse de um programa nuclear, mas usa em certa medida essa postura de ambiguidade como estratégia de dissuasão e contenção nuclear, numa região na qual se percebe em permanente perigo. Não devemos igualmente esquecer que dada a deterioração de relações entre a Turquia e Israel nos últimos anos, a primeira opor-se-ia, determinadamente, a uma possível adesão de Israel à NATO. Também não é de excluir que a Turquia imponha sérios obstáculos, inclusive a um aprofundamento da parceria entre Israel e a NATO, se recordarmos que ainda em outubro de 2009, num exercício aéreo multinacional da NATO em território turco este foi anulado devido à recusa do governo de Erdoğan de incluir o envolvimento de Israel. As tensões israelo-turcas podem indubitavelmente atrasar as relações entre a NATO e Israel.

Só uma profunda mudança na equação estratégica da região poderia mudar a perspetiva de entrada de Israel na NATO. Essa mudança, implicaria uma transformação drástica da política nuclear do Irão, claras perspetivas de uma resolução do conflito Israelo-Palestiniano e o reconhecimento da existência do Estado de Israel por parte da maioria dos atores da região. Provavelmente, só a combinação destes elementos poderia eventualmente permitir o estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares, biológicas e químicas no Médio Oriente, exigência também defendida por alguns decisores políticos, sobretudo turcos. Como argumenta Bruno Tertrais (2010), no seu artigo *A Nuclear Iran and NATO*, esses elementos são interdependentes, e torna-se difícil progredir num sem que os outros avancem também. Por outro lado, e como já foi dito, Israel nunca manifestou uma vontade política clara a favor dessa possibilidade, mas apenas o desejo de aprofundar relações nos vários domínios.

O Novo Conceito Estratégico e as Parcerias

A maior parte dos analistas e observadores concordam que um cenário mais realista é o de uma parceria mais aprofundada entre Israel e a NATO. Apesar do Programa Individual de Cooperação ter representado um importante avanço nas relações entre a NATO e Israel, não deixou de apresentar algumas limitações. Na perspectiva de alguns dos seus críticos, não existia uma verdadeira e genuína parceria uma vez que muitos programas que fazem parte da PFP estavam vedados a Israel ou a países do Diálogo Mediterrânico. Tommy Steiner⁷ sublinha, como exemplo, o programa Status of Forces Agreement (SOFA) que não se estende a Israel, o que impede substancialmente o progresso da relação bilateral e cooperação militar entre ambas as partes. Steiner acrescenta outro exemplo relacionado com a nomeação de um oficial de ligação naval israelita junto do NATO *Allied Joint Force Command* em Nápoles, sede da *Operation Active Endeavour* (Steiner, 2011).

Apesar de Israel anunciar em 2006 que estava disponível para contribuir para a operação marítima antiterrorista no Mediterrâneo, a presença de um oficial de ligação israelita junto do Comando em Nápoles foi sendo retardada devido à ausência de um acordo SOFA entre Israel e a NATO. Como refere Tommy Steiner, a ausência deste acordo, impede que Israel possa dar um contributo substancial às operações da NATO das quais faz parte. De acordo com este investigador, houve da parte israelita alguma frustração com a burocracia que dificulta a implementação das decisões tomadas. Este tipo de atrasos logísticos de ordem burocrática, levam dirigentes israelitas a questionar se não serão motivados por considerações políticas (Steiner, 2011).

Propostas Israelitas para o Novo Conceito Estratégico

Como já foi aqui referido, observadores Israelitas como Tommy Steiner e Oded Eran, defendem uma nova estrutura da NATO que permita uma abordagem mais individualizada, flexível e adaptada a cada caso específico, independente do progresso de outros parceiros. As suas intervenções têm-se concentrado no debate sobre a revisão da política de parcerias da NATO que tem vindo a ganhar cada vez mais fôlego. As suas propostas para o novo Conceito Estratégico estão expostas no documento *NATO's New Strategic Concept and the Broader Middle East: a non Official Israeli Perspective and "Food for Thought"* redigido em abril de 2010 (Eran e Steiner). De acordo com este texto, e em consonância com as posições previamente expostas dos autores, a NATO deveria levar a cabo um processo de reavaliação dos critérios das suas relações com parceiros que estejam dispostos e prontos a avançar mais no aprofundamento das relações. O texto defende que a NATO deve adotar uma nova

⁷ Entrevista telefónica realizada pela autora no dia 17 de maio de 2011.

abordagem que redefina os parâmetros geográficos das parcerias da Aliança, colocando uma ênfase maior na capacidade funcional e operacional e nos valores partilhados pelos países terceiros (Eran e Steiner, 2010: 9). Na sua perspectiva, os Aliados deveriam valorizar os parceiros aptos a contribuir para a segurança global e não apenas a usufruir dos seus benefícios, atribuindo-lhes o mesmo estatuto, acordos e ferramentas institucionais que a NATO oferece aos parceiros do programa PFP. O artigo esclarece também que Israel não espera, nem deseja nenhuma garantia de segurança da NATO nem o compromisso de defesa coletiva consagrado no artigo 5 do Tratado de Washington mas, uma vez que os limites institucionais atuais impedem o progresso das relações bilaterais, deveria ser criado um novo acordo. Neste sentido, os autores exprimem a expectativa de adoção de um novo conceito estratégico – entretanto aprovado em novembro de 2010 –, capaz de proceder a uma reforma das parcerias da NATO e “inaugurar uma nova geração de relações externas” (Eran e Steiner, 2010: 9).

O “Pacote de Parcerias de Berlim”:⁸ Novas Oportunidades para Israel

O encontro dos ministros dos negócios estrangeiros da NATO realizado em abril de 2011, em Berlim, veio finalmente aprovar uma reforma da política de parcerias da NATO com países terceiros no seguimento da decisão adotada no novo Conceito Estratégico em Lisboa segundo o qual, à luz das crescentes ameaças à segurança internacional, a “segurança cooperativa” se tornou uma das principais tarefas da Aliança Atlântica. No quadro da nova política de parcerias aprovada no “Pacote de Parcerias de Berlim”, a NATO compromete-se a “alargar o diálogo e cooperação prática a qualquer país que partilhe os interesses da Aliança em manter a paz e a segurança internacional”.⁹

Ou seja, todas as modalidades de cooperação que existem fora dos formatos tradicionais das parcerias, como o Diálogo Mediterrânico, podem a partir de agora ser utilizadas com mais flexibilidade. Como refere Steiner, agora Israel tem as ferramentas institucionais para melhorar e progredir a sua relação com a NATO. Também uma conselheira política da Missão de Israel para a União Europeia con-

⁸ *Berlin Partnership Package*.

⁹ “NATO Foreign Ministers also endorsed a new Partnership Policy to improve NATO’s engagement with partners. According to the new policy, NATO will expand its political dialogue and practical cooperation with any nation across the globe that shares the Alliance’s interest in international peace and security. ‘Three newly approved Berlin Partnership Package will allow us to work on more issues, with more partners, in more ways’, the Secretary General stated, ‘that is a win-win for all of us’”, citação extraída do artigo *Berlin, NATO Allies and Partners show unity and resolve on all fronts*, 14 de abril de 2011. Disponível em http://www.nato.int/cps/en/SID-2FB85417-2FAF93AC/natolive/news_72775.htm?

firma que esta nova decisão abre novas oportunidades para Israel que não existiam antes.¹⁰ Steiner e a representante da Missão Israelita, foram cautelosos ao afirmar que ainda é muito cedo para perceber como é que esta nova política vai ser implementada em termos práticos e que tipo de resultados irá alcançar mas acrescentaram que, pelo menos agora, Israel dispõe de um menu de opções muito maior. Neste contexto, é também importante realçar que apesar de terem sido levantados obstáculos técnicos a um reforço das relações, não é de excluir que se mantenham obstáculos de natureza política. Um avanço na natureza das relações depende da aprovação, por consenso, do Conselho do Atlântico Norte que pode ainda impedir que as relações avancem da forma desejada. Neste campo, a evolução das relações israelo-turcas vão ter um impacto significativo no destino da cooperação entre a NATO e Israel.

Conclusão

Com foi exposto, as relações entre a NATO e Israel é um tema que levanta uma série de questões que ainda carecem de respostas claras. Desde logo, a própria natureza da Aliança Atlântica que como sabemos atravessa um período de transformação profunda. A intensidade da cooperação entre Israel e a NATO vai depender também da evolução e do rumo que a Aliança assumirá. Uma adesão de Israel à NATO é defendida apenas pelos partidários de uma Aliança de alcance global, cuja principal missão se concentre na defesa dos valores democráticos, da liberdade e que imponha como principal critério de admissão o respeito pela democracia e o estado de direito. Nesta perspetiva a partilha de valores tornar-se-ia o paradigma fundamental de alargamento da NATO. No entanto, esta visão ainda é minoritária no debate internacional sobre a natureza e o rumo que a Aliança Atlântica deve assumir. Para além do mais, o novo Conceito Estratégico da NATO adotado durante a Cimeira de Lisboa, em novembro de 2010, parece ter encerrado essa questão, pelo menos por alguns anos, ao reiterar o que está explícito no artigo 10 do Tratado de Washington, que limita o alargamento da NATO aos candidatos europeus. Mesmo alterando a sua política de “porta aberta” permitindo a entrada de países não-europeus, também a não-resolução do conflito Israelo-Palestiniano torna esta possibilidade ainda mais remota, para não dizer inexistente, uma vez que nenhum Estado membro da NATO incorreria no risco de importar outro conflito para as suas fronteiras. E, facto decisivo, para além dos limites institucionais, também não há sinais de uma vontade política da parte de Israel de se tornar mem-

¹⁰ Entrevista telefónica realizada pela autora no dia 24 de maio de 2011.

bro da NATO, submetendo-se às restrições exigidas como condição de adesão que possam vir a limitar a sua liberdade operacional de ação.

Uma possibilidade bem mais realista e que reflete a visão e a vontade das lideranças, quer da Aliança Atlântica, quer Israelita, será um aprofundamento da cooperação prática que já existe nos vários domínios, nomeadamente através do alargamento do leque de operações em que Israel poderá participar, tais como exercícios conjuntos, e da regularidade dos diálogos estratégicos. Um aprofundamento das relações entre Israel e a NATO traz naturalmente grandes vantagens para ambos. A evolução dos interesses estratégicos da NATO e a sua concentração cada vez maior na região do Médio Oriente exigem maior cooperação prática com os parceiros que estejam disponíveis para tal em áreas diversificadas, que incluem a defesa antimísseis, a vigilância marítima, o contraterrorismo e guerra assimétrica – domínios nos quais Israel pode dar um contributo significativo. Israel tem o programa de defesa antimísseis mais avançado e diversificado depois dos Estados Unidos, dispõe de um programa extremamente sofisticado de informação e de análise dos desenvolvimentos políticos e estratégicos na região que pode certamente ser de grande importância estratégica para a NATO. Ou seja, Israel pode retirar tanto desta relação tanto quanto pode oferecer. Na perspectiva da NATO, o estreitamento da sua cooperação com um dos parceiros pode igualmente servir de estímulo para outros parceiros assumirem o mesmo rumo, ou seja, tornando o processo de cooperação mais competitivo e conseqüentemente de maior interesse estratégico para os aliados. O facto do Egito e da Jordânia terem concluído acordos de cooperação individual após Israel o ter feito serve de bom exemplo.

Para Israel as vantagens em se associar à NATO através de uma parceria mais integrada também são óbvias. O melhoramento desta relação pode contribuir para a segurança psicológica de Israel, para minorar o sentimento de isolamento político e diplomático no seio da comunidade internacional. Como vimos, Israel sente-se ostracizado nas várias estruturas multilaterais e regionais que integra. Uma parceria mais integrada com uma aliança que inclui países com a mesma visão do mundo é importante para a legitimidade internacional de Israel e sentido de pertença, sobretudo tendo em conta a falta de identificação com os países que a rodeiam. A iminência de um Irão nuclear e a necessidade por parte de Israel de uma protecção e segurança nuclear mais alargada poderá também determinar o alcance e a evolução das suas relações com a NATO. No entanto, há que ter em conta a posição que a Turquia poderá assumir num cenário destes, dada a exigência que impõe a Israel que desista do seu “hipotético” programa nuclear, assim como a sua actual postura mais hostil face a Israel.

A reunião realizada no mês de abril de 2011, em Berlim, finalmente concretiza o que os observadores Israelitas, partidários de uma relação mais próxima entre Israel e a NATO têm vindo a defender há algum tempo através das suas inúmeras

intervenções: uma revisão da política de parcerias da NATO que permita uma cooperação mais integrada e o aproveitamento do pleno potencial desta relação. Com esta nova decisão foram eliminados os obstáculos técnicos a um progresso das relações que limitavam Israel ao avanço dos outros parceiros e lhe vedavam a participação noutros programas da NATO como o SOFA. Agora Israel dispõe de mais ferramentas às quais não tinha acesso e goza do mesmo tratamento que os membros do Conselho da Parceria Euro-Atlântica (EAPC) o que permite uma maior participação de Israel em atividades e exercícios conjuntos da NATO. Estes são desenvolvimentos positivos mas ainda está por verificar como será implementada na prática esta nova decisão e que tipo de obstáculos políticos poderá encontrar. É essencial que este progresso na relação com a NATO não se torne refém do conflito Israelo-Palestiniano como aliás foi defendido por um representante da Aliança, Patrick Hardouin (2006: 16) logo em outubro de 2006, que afirmou que o “conflito Israelo-Palestiniano não se pode tornar no alibi para o não desenvolvimento das relações”. Neste sentido, a responsabilidade recai não só em Israel, mas também na vontade política dos aliados da NATO. Mais uma vez, torna-se pertinente lembrar que o que une a NATO e Israel na procura de uma estratégia conjunta contra as ameaças de um mundo em profunda transformação deve ser muito mais forte do que os pode eventualmente separar.

Bibliografia

Arad, Uri; Eran, Oded e Steiner, Tommy (2007). “Anchoring Israel to the Euro-Atlantic Community: Further Upgrading and Institutionalizing NATO-Israel Relations”. *Working Paper submitted for the Herzliya Conference*, Herzliya, de 21 a 24 de janeiro.

Arad, Uri; Horn, Matthew Mark e Steiner, Tommy (2008). *Statement to the Joint Hearing on: Europe and Israel*. Committee on Foreign Affairs, US House of Representatives, Washington DC, 9 de julho.

Asmus, Ron e Jackson, Bruce (2007). “Contain Iran: admit Israel to NATO”. *Policy Review*, The German Marshall Fund of the United States. Disponível em: http://www.gmfus.org/news_analysis/news_article_view?newsarticle.id=826

Asmus, Ron, e Jackson, Bruce (2005). “Does Israel belong in the EU and NATO?”. *Policy Review*, The German Marshall Fund of the United States, fevereiro/março

Aznar, José María (2007). “Israel and NATO”. *Congress Monthly*, setembro/outu-

- bro, American Jewish Congress. Disponível em http://www.ajcongress.org/site/DocServer/Jose_Maria_Aznar.pdf?docID=3041
- Bardají, Rafael (2008). *The case for Israel full membership into NATO – Statement to the Joint Hearing on: Europe and Israel. Before the: Subcommittee on Europe and the Subcommittee on the Middle East and South Asia, Committee on Foreign Affairs, US House of Representatives*, 9 de julho.
- Benitez, Jorge (2011). *The future of NATO's relations with Israel*, in Atlantic Council. Disponível em <http://www.acus.org/print/31686>
- Eran, Oded (2008). *Europe and Israel: Strengthening the Partnership*. Committee on Foreign Affairs, US House of Representatives, Washington DC, 9 de julho.
- Eran, Oded e Steiner, Tommy (2010). *NATO's New Strategic Concept and the Broader Middle East: A non-official Israeli Perspective and "Food for Thought"*. April.
- Gaspar, Carlos (2010). "O Conceito Estratégico da Aliança Atlântica". *Nação e Defesa* n.º 126. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Gaub, Florence (2010). "NATO: peacekeeping in the Holy Land? A feasibility study". *Research Paper No 57*. Roma: NATO Defense College.
- Goodenough, Patrick (2011). *NATO Member Turkey Solidifies Its Ties with Iran and Syria*. CNS News.com, fevereiro. Disponível em <http://cnsnews.com/news/article/nato-member-turkey-solidifies-its-ties-iran-and-syria>
- Gordon, Philip (2006). "NATO's Growing Role in the Greater Middle East". *63 Emirates Lecture Series*, Emirates Centre for Strategic Studies and Research.
- Haaretz (2007). "Avigdor Lieberman: Israel should press to join NATO, EU". *Haaretz*, 1 de janeiro de 2007. Disponível em <http://www.haaretz.com/news/avigdor-lieberman-israel-should-press-to-join-nato-eu1.208791>
- Hardouin, Patrick (2006). *NATO's Transformation, the Mediterranean Dialogue, and NATO-Israel Relations*. Conferência co-organizada pela NATO Public Diplomacy Division, Atlantic Forum of Israel, Institute for Policy and Strategy, 23 e 24 de outubro.
- Hendrickson, Ryan C. (s.d). *NATO Membership for Israel: Assessing the Risks*. Atlântische Commissie. Disponível em http://www.atlcom.nl/ap_archive/pdf/AP%202005%20nr.%207-8/Hendrickson.pdf
- Jewish Telegraphic Agency (2011). "Invite Israel to join NATO, Ronald Lauder tells Germans". *JTA Jewish News Archive*, 8 de fevereiro. Disponível em: <http://>

www.jta.org/news/article/2011/02/08/2742899/invite-israel-to-join-nato-lauder-tells-germans

Joyner, James (2010). "NATO & Israel". *The National Interest*, 3 de junho.

Livni, Tzipi (2006). *NATO's Transformation, the Mediterranean Dialogue, and NATO-Israel Relations*. Conference co organized by NATO Public Diplomacy Division, Atlantic Forum of Israel, Herzliya: Institute for Policy and Strategy, 23 e 24 de outubro.

Livni, Tzipi (2007). "It is time to upgrade the bilateral relations between Israel and NATO". *Congress Monthly*, setembro/outubro, American Jewish Congress. Disponível em http://www.ajcongress.org/site/DocServer/Tzipi_Livni.pdf?docID=3043

Malmvig, Helle (2005). "A new role for NATO in the Middle East: Assessing possibilities and barriers for an enhanced Mediterranean dialogue". *DIIS report 2005*. Danish Institute for International Studies, Copenhaga.

Musu, Costanza (2006). "NATO's Mediterranean Dialogue: More than Just an Empty Shell". *Mediterranean Politics* Vol.11, N.º 3.

NATO (2010). *Lisbon Summit Declaration. Strategic Concept for the Defence and Security of The Members of the North Atlantic Treaty Organisation. Adopted by Heads of State and Government in Lisbon*, novembro.

Netanyahu, Benjamin (2011). *Statement by PM Netanyahu and Mr. Anders Fogh Rasmussen, Secretary General of NATO*, Jerusalém, 9 de fevereiro. Disponível em: <http://www.pmo.gov.il/PMOEng/Communication/EventsDiary/eventnato090211.htm>

Netanyahu, Benjamin (2007). "Israel is NATO – We are the West", *Congress Monthly*, American Jewish Congress. Disponível em: http://www.ajcongress.org/site/DocServer/Benjamin_Netanyahu.pdf?docID=3042

Pires de Lima, Bernardo (2010). "A NATO e o Grande Médio Oriente". *Relações Internacionais*, n.º 27. Lisboa: IPRI-UNL.

Rasmussen, Anders Fogh (2011). *Secretary-General's Speech at the 11th Herzliya Conference*, Herzliya, 9 de fevereiro.

Riedel, Bruce (2010). "If Israel Attacks". *The National Interest*, 24 de agosto. Disponível em: <http://nationalinterest.org/article/israel-attacks3907>.

Rupp, Richard (2006). "Israel in NATO? A Second Look", *The National Interest*, novembro/dezembro.

Rynning, Sten (2007). "NATO and the Broader Middle East, 1947-2007: The History and Lessons of Controversial Encounters", *The Journal of Strategic Studies*, Vol. 30, No.6, 905-927.

Schell, Bernhard (2011). "NATO ready to facilitate Middle East Peace". *Global Politics & Political Economy*, 11 de fevereiro. Disponível em <http://globalgeopolitics.net/wordpress/2011/02/11/nato-ready-to-facilitate-middle-east-peace/>

Tertrais, Bruno (2011). "A Nuclear Iran and NATO". *Survival*, Vol. 52, n.º 6.